



TRANSTORÇÕES E MONSTRUOSIDADES LGBTQIA+ NA UFPI: DE CORPOS PESQUISADOS A PRODUTORES DE OUTRA CIÊNCIA

Wesley da Silva Rodrigues¹

Universidade Federal do Piauí

Shara Jane Holanda Costa Adad²

Universidade Federal do Piauí

RESUMO

Este artigo analisa as experiências de jovens estudantes LGBTQIA+ na Universidade Federal do Piauí (UFPI), propondo o conceito de TRANSTORÇÕES para descrever as fissuras e resistências produzidas por esses corpos em um ambiente marcado pela cis-heteronormatividade e pelo epistemicídio. Partindo de uma perspectiva interseccional que articula gênero, sexualidade, classe e território, o estudo questiona a universidade como território de necropolítica, onde juventudes dissidentes são historicamente situadas na condição de objetos de pesquisa, destituídas de sua agência produtora de saberes. A metodologia, de caráter cartográfico e sociopoético, utiliza o diário de campo e a análise de episódios emblemáticos de violência institucional e digital – como os ataques transfóbicos à Professora Letícia Carolina e o Memorial Janaína Bezerra – para denunciar a permanência de lógicas coloniais no ensino superior. Os resultados apontam que, ao assumirem a monstrosidade como potência política e epistemológica, esses jovens operam uma virada fundamental: de corpos pesquisados a produtores de uma outra ciência. Conclui-se que a escrita e a arte queer constituem práticas pedagógicas insurgentes que tensionam a rigidez acadêmica e reivindicam a urgência de ações afirmativas e políticas de reparação histórica que garantam o acesso e a reexistência plena das juventudes LGBTQIA+ no espaço científico.

Palavras-chave: Juventudes; Interseccionalidade; Monstrosidade Epistêmica; UFPI; Ações Afirmativas.

TRANSTORÇÕES AND LGBTQIA+ MONSTROSITIES AT UFPI: FROM RESEARCHED BODIES TO PRODUCERS OF AN OTHER SCIENCE

ABSTRACT

This article analyzes the experiences of LGBTQIA+ youth at the Federal University of Piauí (UFPI), proposing the concept of TRANSTORÇÕES (TRANS-distortions) to describe the fissures and resistances produced by these bodies in an environment marked by cis-heteronormativity and epistemicide. Grounded in an intersectional perspective that articulates gender, sexuality, class, and territory, the study questions the university as a territory of necropolitics, where dissident youth are historically positioned as research objects, deprived of their agency as knowledge producers. The methodology, cartographic and socio-poetic in nature, utilizes field diaries and the analysis of emblematic episodes of institutional and digital violence – such as the transphobic attacks against Professor Letícia Carolina and

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor e Formador da Secretaria Municipal de Educação de Teresina (SEMEC), Teresina, Piauí, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Projetada, 6751, Condomínio Village Leste Topázio AP 102 BL A1, Vale Gavião, Teresina, Piauí, Brasil, CEP: 64069-010. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4831-4290>. E-mail: wes.rodrigues02@gmail.com.

² Doutora Em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Associada à Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil. Rua César Leal, 5586, Santa Isabel –Teresina, Piauí, Brasil, CEP: 64053110. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7711-6325>. E-mail: sharaholanda64@gmail.com.

the Janaína Bezerra Memorial – to denounce the persistence of colonial logics in higher education. Results indicate that, by embracing monstrosity as a political and epistemological power, these young people operate a fundamental shift: from researched bodies to producers of an other science. The study concludes that queer writing and art constitute insurgent pedagogical practices that tension academic rigidity and claim the urgency of affirmative actions and historical reparation policies to ensure access and the full re-existence of LGBTQIA+ youth within the scientific field.

Keywords: Youth; Intersectionality; Epistemic Monstrosity; UFPI; Affirmative Actions.

TRANSTORÇÕES Y MONSTRUOSIDADES LGBTQIA+ EN LA UFPI: DE CUERPOS INVESTIGADOS A PRODUCTORES DE OTRA CIENCIA

RESUMEN

O Este artículo analiza las experiencias de jóvenes estudiantes LGBTQIA+ en la Universidad Federal de Piauí (UFPI), proponiendo el concepto de TRANStorções (TRANStorsiones) para describir las fisuras y resistencias producidas por estos cuerpos en un ambiente marcado por la cis-heteronormatividad y el epistemicidio. Partiendo de una perspectiva interseccional que articula género, sexualidad, clase y territorio, el estudio cuestiona la universidad como territorio de necropolítica, donde las juventudes disidentes son históricamente situadas en la condición de objetos de investigación, despojadas de su agencia productora de saberes. La metodología, de carácter cartográfico y sociopoético, utiliza el diario de campo y el análisis de episodios emblemáticos de violencia institucional y digital – como los ataques transfóbicos a la Profesora Letícia Carolina y el Memorial Janaína Bezerra – para denunciar la permanencia de lógicas coloniales en la educación superior. Los resultados señalan que, al asumir la monstrosidad como potencia política y epistemológica, estos jóvenes operan un giro fundamental: de cuerpos investigados a productores de una otra ciencia. Se concluye que la escritura y el arte queer constituyen prácticas pedagógicas insurgentes que tensionan la rigidez académica y reivindican la urgencia de acciones afirmativas y políticas de reparación histórica que garanticen el acceso y la reexistencia plena de las juventudes LGBTQIA+ en el espacio científico.

Palabras clave: Juventudes; Interseccionalidad; Monstrosidad Epistémica; UFPI; Acciones Afirmativas.

INTRODUÇÃO

Este artigo integra as investigações do Observatório das Infâncias e Juventudes na Educação (OBIJUVE) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGECEI) da Universidade Federal do Piauí. Utiliza o conceito de “TRANStorções” para analisar as exclusões familiares e educacionais enfrentadas por pessoas LGBTQIA+. Entendemos as “TRANStorções” como a potência de insurgência e o tensionamento provocados por corpos dissidentes na academia: mais do que sofrer as “distorções” da violência cisnormativa, essas trajetórias produzem uma torção nas lógicas coloniais do saber, desestabilizando normas e ressignificando o espaço universitário como território de disputa e visibilidade. São sujeitos que ainda lutam pela efetivação de direitos e contra a naturalização de discursos que questionam sua legitimidade social. Buscamos, portanto, o direito básico de existir: ter um nome, usar o banheiro, amar e acessar educação, saúde e afeto.

Como um corpo que produz ciência a partir da experiência de homem gay, denuncio que os padrões cis-heteronormativos – institucionalizados na justiça, na família e na escola – operam como necropolíticas e epistemicídios, silenciando nossos corpos em espaços públicos e privados. Historicamente, a universidade não foi pensada para “todes”; nela, corpos falantes (como o meu) expõem a falta de horizontalidade na formação e a fragilidade das ações afirmativas frente às violências educacionais e sociais.

A escrita deste artigo é mobilizada pela noção de “corpos falantes”, de Preciado (2017), que desloca essas existências da sujeição heteronormativa ao confrontar os mecanismos de poder que produziram as noções vigentes de sexo e gênero. No campo das juventudes, esse movimento também enfrenta a lógica capitalista que enquadra o jovem na categoria estática de “ser em formação, em crescimento, em desenvolvimento” (Coimbra; Nascimento, 2003, p. 19). Assim, corporalidades LGBTQIA+ que ocupam a universidade contestam normas que historicamente restringem seus direitos e modos de existir.

As perguntas movem este estudo: o que faz uma universidade ser um território-abrigo para jovens LGBTQIA+? A academia frequentemente reproduz situações opressivas, pois “ser gay perante as instituições, principalmente a universidade, é um desafio – dentro e fora dela ainda sou um obstáculo” (Rodrigues, 2023, p. 102). Tais reproduções se concretizam em currículos mercadológicos e na busca por uma “família organizada” – aspectos que visam ao controle das/os estudantes. Dessa forma:

[...] em nosso país, desde o início do século XX, diferentes dispositivos sociais vêm produzindo subjetividades onde o “emprego fixo” e uma “família organizada” tornam-se padrões de reconhecimento, aceitação, legitimação social e direito à vida. Ao fugir a esses territórios modelares entra-se para enorme legião dos “perigos”, daqueles que são olhados com desconfiança e, no mínimo, evitados e afastados, quando não enclausurados e exterminados (Coimbra; Nascimento, 2003, p. 26-27).

O olhar das autoras revela a construção do “jovem empobrecido” como sujeito “perigoso” ao sistema capitalista, a quem se atribui a expectativa de tornar-se “cidadão de bem” por meio da disciplina e normatização. Atrelado a isso está o controle de seus corpos e sexualidades. Contudo, o verdadeiro acolhimento exige ir

além dos discursos progressistas de fachada e enfrentar o controle efetivo sobre essas existências.

LASTRO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS EXCLUDENTES: SONHOS INTERROMPIDOS BRUTALMENTE PELAS VIOLÊNCIAS

Esse contexto de violações de direitos, vulnerabilidades e violências é mais intenso quando vivenciado por pessoas negras travestis, trans e gays “pintosas”. Conforme os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 145 trans e travestis foram assassinadas no país em 2022, desonrosamente pelo 14º ano seguido, sendo o Brasil “o país que mais mata pessoas desses gêneros no mundo”. De acordo com o Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras, em 2023:

[...] houve um aumento de mais de 10% nos casos de assassinatos de pessoas trans em relação a 2022. Destacando o fato de o país figurar novamente como o que mais consome pornografia trans nas plataformas de conteúdo adulto no mesmo momento em que o Brasil seguiu como o país que mais assassinou pessoas trans pelo 15º ano consecutivo. Se manteve a política estatal de subnotificação da violência LGBTfóbica (Benevides, 2024, p. 6).

O perfil das vítimas segue a desigualdade social e educacional. Segundo o dossiê, a maioria (94%) é composta por mulheres trans e travestis, pretas ou pardas (72%), com idade entre 18 e 29 anos (34,5%). Desse grupo, 57% viviam da prostituição e 54% foram mortas com crueldade. Ainda conforme Bruna Benevides (2024, p. 6), “[...] 90% da população de travestis e de mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda”. Esse fato envolve a expulsão dessas pessoas de casa, da sociedade e, principalmente, da escola. Apesar da queda de 16% nas mortes em 2024, o Brasil continuou, pelo 16º ano seguido, no topo do ranking global de homicídios contra essa população.

Reforçando essa triste continuidade histórica, o Observatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) confirmou, em seu relatório anual divulgado em janeiro de 2026, que a letalidade contra a comunidade permanece em patamares inaceitáveis. Conforme o levantamento desta Organização Não Governamental (ONG), o Brasil contabilizou 257 mortes violentas de pessoas LGBT+ em 2025 – uma média de um assassinato a cada 34

horas. Embora o CGB aponte uma redução numérica de 11,7% em relação ao ano anterior, a persistência do Brasil no topo do ranking global de homicídios LGBTfóbicos denuncia que a subnotificação oficial e a falta de políticas públicas específicas continuam a interromper sonhos e a silenciar existências de forma sistemática (Grupo Gay da Bahia, 2026).

Dessa forma, posso afirmar que essas corporalidades foram “tragadas”, “sufocadas” e “expelidas” (esse lastro de práticas educativas excludentes, necropolíticas, epistemicidas) do sistema formal de educação básica e, também, do ensino superior. Ou seja, são mortes-assassinatos com a morte delas na educação básica. Observe a Figura 1.

Figura 1 – Sonhos interrompidos brutalmente pelas violências: Ana Luísa Pantaleão, Bianca Ferreira, Caio Siqueira, Chiquita, Joana Smith, Julia Nicolý, Laila, Mara Brandão, Paloma Silva, Taina Rodrigues, Talita Costa, Tieta, Tiago da Silva e Rafaela Moraes



Fonte: G1 (2023)

Essa jovem em destaque (Figura 1) é a travesti piauiense, de Teresina, “Paloma Silva”, que, em 2021, foi torturada, teve os pés amarrados e foi colocada dentro do porta-malas de um carro; após dois anos desse ato cruel, em 2023, ela foi espancada até a morte (seis pancadas na cabeça), ou seja, um crime de extrema crueldade. É mais um crime de transfobia! “É mais um crime de ódio contra LGBTQIA+. Não há o contentamento em apenas retirar a vida. Aqueles que nos odeiam ainda nos torturam,

nos desfiguram, nos despersonificam antes de levar de nós a vida. A irmã dela informou que Paloma estava com a cabeça destruída devido à crueldade da violência” (Marivalva Silva – Coordenadora do Grupo Matizes).

A série mexicana *O Segredo do Rio* (2024-), da Netflix, conta a história de duas crianças, uma delas vítima de inúmeras violências, como o abuso sexual por parte de um homem próximo à família. A narrativa destaca a personagem “Solange”, uma muxe (para a cultura mexicana, em especial na localidade de Istmo de Tehuantepec, há um terceiro gênero – feminino, masculino e muxes) que se torna uma figura acolhedora, oferecendo cuidado e proteção para as crianças e tantas outras pessoas que vivem à margem da sociedade.

No entanto, o tratamento que Solange recebe em vida e, especialmente, após sua morte, revela as camadas profundas de violência enfrentadas por pessoas dissidentes. Mesmo depois de falecer, Solange é alvo de uma última agressão: sua própria família a desfigura, cortando seus cabelos e vestindo-a com roupas masculinas. Esse ato brutal de despersonificação evidencia como, para muitos corpos LGBTQIA+, nem mesmo a morte é um refúgio da transfobia e do desprezo social.

Ao apagar os traços de sua identidade e desconstruir o corpo que ela cultivou com tanta luta e resiliência, a família exerce um controle simbólico e definitivo sobre a memória de Solange, reimpondo a normatividade violenta que anula quem ela realmente foi. Essa cena revela que o desejo de “normalizar” o corpo LGBTQIA+ transcende a vida, alcançando inclusive o tratamento pós-morte. Trata-se de um ato que expõe o desconforto social diante da autonomia LGBTQIA+ e a recusa em reconhecer suas identidades, transformando o corpo em um território de dominação, mesmo em seu momento final.

Ao expor essa violência simbólica e material, a série problematiza a transfobia que priva pessoas trans de dignidade, visibilidade e direitos. Assim como a personagem Solange, Paloma Silva teve a vida e os sonhos interrompidos por uma estrutura que aniquila identidades LGBTQIA+ em sua maior vulnerabilidade. Esse cenário reflete uma ordem cisnormativa que nega a existência desses corpos, estendendo a violência para além do último suspiro. Diante dessa barbárie, resta o

questionamento: como viver com tranquilidade sabendo que, cotidianamente, mais um dos nossos é assassinado?

Nesta seção, esclarecemos as categorias analíticas tragadas, sufocadas e expelidas, que operam como metáforas da exclusão escolar LGBTQIA+:

a) Tragadas: Refere-se ao processo em que subjetividades são absorvidas e invisibilizadas por currículos e práticas cis-heteronormativas. São mecanismos de controle que buscam “fazer desaparecer” a diferença, onde a escola e a família agem como forças que submergem o sujeito em padrões pré-estabelecidos.

b) Sufocadas: Representa a educação que nega as experiências e o fôlego da dissidência. É a sufocação pela norma, onde o sistema capitalista e excludente retira o direito de “se afirmar” e de existir, mantendo sentimentos e identidades sob constante repressão e abafamento institucional.

c) Expelidas: É o estágio final da violência – a política do descarte. Manifesta-se no discurso do “você não pertence a este lugar” e no uso do sistema educacional para projetar o sujeito para fora (as ruas, a prostituição, a marginalidade), transformando a avaliação em um instrumento de punição e ódio.

O emprego desses termos, embora amparado em suas raízes semânticas, ganha contornos de denúncia política ao considerar a violência simbólica a que estudantes LGBTQIA+ estão sujeitos. Essa perspectiva converge com o relato de Araújo (2018, p. 14):

Não havia travestis na minha pesquisa. As travestis não estavam lá. Elas não estavam na escola. Esse fato instigou-me muito a querer saber mais sobre elas e seu processo escolar. Fiz a escolha de conhecer as nuances dele dentro da universidade, que é o lugar para onde vamos após a conclusão do Ensino Médio.

Nesse sentido, a ausência mencionada pela autora não é um acaso, mas o resultado prático das TRANStorções discutidas anteriormente. O processo de invisibilização interrompe trajetórias educativas, empurrando essa população para fora do ensino formal. Ao contextualizar como a universidade pode ser violenta, Araújo (2018, p. 76) retrata o caso de “Verline”:

Verline foi perseguida por ser travesti de muitas formas dentro da UFPI. Teve nome social negado/negligenciado, era alvo de chacotas, sofreu violência física, simbólica e psicológica, chegando a ser expulsa, não subjetivamente, mas efetivamente desta UFPI. Todas essas manifestações descritas a abalaram, mas não a fez desistir de ser quem é e de lutar por uma instituição de ensino superior que (re)pense suas práticas educativas e promova o acolhimento sem distinção de todos os suas/seus discentes.

A trajetória de Verline expõe as entranhas de uma instituição que violenta em vez de acolher. Sua expulsão – institucionalmente denominada “jubilamento” – configura, na verdade, uma morte institucional. Contudo, as violências sofridas não a impediram de resistir. Este artigo é, portanto, um acerto de contas para que se germine uma outra universidade.

As práticas que tragam, sufocam e expelem estudantes LGBTQIA+ ecoam em minha biografia. No contexto escolar, cheguei a me sentir incapaz e “burro” por não aprender nos moldes tradicionais. Meu corpo desejava movimento; minha aprendizagem pedia cores, sonoridades e experimentações, tornando a imobilidade da sala de aula uma tortura que acelerou meu pensamento. Sentia-me sozinho e excluído entre 42 colegas, perseguido por falas docentes que sentenciavam: “esse menino vive no mundo da lua” ou “o futuro dele eu já sei qual é”.

Tais estigmas, somados à falta de acolhimento familiar e à ausência de aplausos na trajetória escolar, cavaram em minha subjetividade um buraco oceânico de inseguranças. Como suportar os vendavais? Um fio de poesia e a dança me sustentaram. Como ensina o filósofo: “é preciso ter o caos dentro de si para gerar uma estrela dançante” (Nietzsche, 2011, p. 15).

Minha formação é fruto de coragem e persistência; ao narrar essa história, afirmo a coletividade contra os “assassinatos-morte-educação” de pessoas trans e travestis. Por ser jovem gay, da zona rural de Piripiri-PI, vindo da escola pública e do trabalho precoce aos dez anos, compreendo que o acesso, isoladamente, não garante o êxito. Ao ocupar a universidade, trago comigo a margem: “A bicha não é centro, mas pode estar nele e traz consigo os elementos que a constituem” (Oliveira, 2017, p. 154).

Essa trajetória rompe com a hegemonia de uma elite branca e heterossexual, exigindo políticas públicas interseccionais. No Piauí, onde aproximadamente 1,4 milhão de pessoas vivem em condição de pobreza, de acordo com o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE, 2022), as opressões de raça, classe, gênero e sexualidade se sobrepõem, criando barreiras distintas. Como afirma Akotirene (2019, p. 63), trata-se de uma “lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais”. Enquanto discentes privilegiados ingressam com estabilidade, estudantes marginalizados enfrentam o cruzamento de vulnerabilidades que vão da insegurança alimentar à transfobia estrutural. Compreender essa interseccionalidade, por meio das vivências no OBIJUVE e no NEPEGEI, permite afirmar que a presença dessas juventudes na universidade não é passiva, mas um ato político de ocupação.

É nesse cenário que a diversidade provoca a “Transeducação” – conceito cunhado nesta pesquisa para designar o movimento em que corporalidades dissidentes geram torções na universidade, especialmente na produção científica. A Transeducação convoca a repensar, reparar e transformar estruturas excludentes, tensionando sistemas tradicionais, binarismos e performances normativas. São as histórias e experiências dessas juventudes que produzem outras epistemologias, inaugurando novos modos de ser, fazer e problematizar a própria existência na academia.

Dessa forma, é necessário romper com a “ciência masculinista” (Bandeira, 2008), estruturada “por” e “para” homens brancos cisgêneros heteronormativos. Quantas vezes nós, pessoas dissidentes que frequentam a universidade, já sentimos que “este lugar não é para mim”? Faz parte desse projeto excludente fazer estudantes LGBTQIA+ acreditarem que não são capazes de produzir conhecimento. Mas quem disse que queremos nos encaixar nesse padrão?

É preciso criar outras ciências e novos modos de pesquisar para desviar da rigidez intelectual e da “[...] fabricação de corpos dóceis em cena de produtivismo acadêmico” (Café; Ribeiro; Ponczek, 2017, p. 76), superando o status de que “a universidade é cobra comendo cobra” (Pereira, 2021, p. 56) e escrever trabalhos com fluidez – proponho deixar de ser corpo pesquisado para ser corpo que produz ciência. Sob o “tempo espiralar” (Martins, 2021), compartilhar nossas histórias é uma potência; como ensina a autora, o corpo que dança em espiral traz de volta e atualiza memórias em “um tempo que não elide as cronologias, mas as subverte” (Martins, 2021, p. 42).

Afirmo que a escrita é poder e resistência; é o instrumento para combater o epistemicídio que, como ensina Carneiro (2005), opera o apagamento das racionalidades e saberes de grupos subalternizados. Diante de uma ciência excludente que silencia corpos contra-hegemônicos, a universidade muitas vezes se torna o palco de uma necropolítica (Mbembe, 2018) acadêmica, que dita quem pode produzir conhecimento e quem deve ser intelectualmente morto. A insegurança ao escrever não é uma falha individual, mas um sintoma histórico da desigualdade no acesso e na permanência à educação. É urgente desmontar a rigidez do academicismo colonial, transformando o silêncio em ação-ciência-vida.

A luta pela formação continuada é um desafio diário, injusto e atravessado por vulnerabilidades. Não se trata de “mimimi” ou de uma suposta “geração nem-nem”, expressão associada a jovens que se encontram simultaneamente fora do sistema de ensino e do mercado de trabalho (Freire; Saboia, 2021). Contudo, as experiências juvenis são múltiplas e não podem ser reduzidas a classificações homogeneizantes (Carrano, 2011). Esses rótulos mascaram o abandono estatal e a precariedade do mercado. Em um país desigual como o Brasil, é preciso questionar: em qual contexto de morte e exclusão as juventudes estão inseridas para que o estudo e o trabalho lhes sejam negados? A resistência, portanto, exige que ocupemos a ciência não apenas como objetos de estudo, mas como sujeitos que produzem e disputam o sentido da vida.

O que impede as Instituições de Ensino Superior (IES) de instituírem cotas para a comunidade LGBTQIA+ no Brasil? Se “a academia não é o paraíso, mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado” (Hooks, 2013, p. 273), é urgente acolher o que Nilma Lino Gomes (2012, p. 99) sinaliza:

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias. Quais são as respostas epistemológicas do campo da educação a esse movimento?

A Lei de Cotas é um avanço das políticas de reparação social, mas é preciso destacar que não contempla toda a diversidade dos grupos oprimidos e vítimas de discriminação no país. Infelizmente, as pessoas LGBTQIA+ têm sido historicamente marginalizadas em diversas áreas, como a Justiça e as políticas públicas, sem deixar de incluir o acesso aos direitos básicos – saúde, lazer, cultura, segurança, principalmente a educação e o ambiente acadêmico. Essa violência precisa ser nomeada e denunciada por agregar inúmeras formas agressivas e/ou silenciosas de discriminação, impedimentos e estigmatização.

Quem protege as/os estudantes dissidentes? É fundamental registrar que, embora de maneira lenta, universidades brasileiras têm implementado políticas de reparação por meio de ações afirmativas para pessoas trans e travestis. York (2020, p. 90), ao mapear esse movimento, apresenta a escassez dessas iniciativas: até aquele ano, apenas “quatorze instituições” haviam implantado tais ações. Esse número representava menos de 5% das 307 universidades públicas brasileiras, confirmando que o ensino superior permanecia profundamente seletivo ao reconhecer corpos dissidentes. O mapeamento da autora funciona como um marcador histórico: expõe quem ousou abrir caminhos e explicita o silêncio da maioria frente às exclusões de gênero e sexualidade.

Contudo, entre 2020 e o início de 2026, novos movimentos emergiram. Instituições como a Universidade de Brasília (UnB), a Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Federal de Santa Catarina (UFSC) consolidaram suas políticas, mas o destaque recai sobre o Piauí: a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), criada em 2018, aprovou em 2024 cotas na graduação e pós-graduação, destinando ainda 50% de suas bolsas de permanência a estudantes cotistas. Tal decisão a torna a primeira instituição do estado a incluir esses grupos de forma estrutural, conforme detalhado no (Quadro 1).

Quadro 1 – Expansão das políticas afirmativas para população trans e travesti no Brasil

REGIÃO	INSTITUIÇÃO	RESOLUÇÃO / ATO NORMATIVO	ANO	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
Nordeste	UFSB	Resolução Consuni nº 21/2018	2018	Pioneira nacional em vagas supranumerárias.
Nordeste	UFBA	Resolução Consepe nº 01/2019	2019	Reserva de vagas na graduação e pós-graduação.
Sul	UFRGS	Resolução Consun nº 14/2020	2020	Ações afirmativas focadas na Pós-Graduação.
Sudeste	UNIFESP	Resolução Consu nº 201/2021	2021	Reserva de vagas com base em critérios de renda e raça.
Sul	UFPR	Resolução Cepe nº 58/2022	2022	Cotas trans integradas ao processo seletivo geral.
Sul	UFSC	Res. Normativa CUn nº 181/2023	2023	Política institucional ampla de inclusão trans.
C. Oeste	UnB	Resolução Cepe nº 110/2024	2024	Reserva de 2% das vagas em todos os cursos.
Sudeste	UFRRJ	Deliberação CEPE nº 492/2024	2024	Vagas supranumerárias para ingresso específico.
Sudeste	UFF	Resolução CEPEX nº 3.893/2024	2024	Cotas na graduação (2%) e na pós-graduação.
Nordeste	UFDF	Resolução CONSUNI nº 94/2024	2024	Política de ações afirmativas; reserva de vagas e 50% das cotas de bolsas em editais internos financiados com recursos próprios da UFDF.
Nordeste	UFAL	Resolução Consuni nº 44/2025	2025	Aprovação de cotas para trans e refugiados.

Fonte: Elaboração própria (2026), baseada em York (2020), Mapa da ANTRA (2023), resoluções oficiais das instituições e bases de dados do MEC/INEP.

A leitura deste cenário atesta um movimento desigual e assimétrico. Centros recém-criados, como a UFDF, ousaram avançar em menos de uma década, enquanto instituições de longa tradição, a exemplo da UFPI, permanecem inertes quanto ao ingresso democrático. Na UFPI, embora a criação da Coordenadoria de Inclusão, Diversidade, Equidade e Acessibilidade (COIDEIA) em 2025 seja um passo administrativo, ela ainda não se converteu em reservas de vagas. Esse quadro confirma que a tradição acadêmica frequentemente atua como barreira conservadora, sustentada por ritos burocráticos em detrimento da justiça social e da urgência das TRANSTORÇÕES.

Essa paralisia institucional levanta um questionamento crítico: até quando o Governo Federal, via Ministério da Educação (MEC), permanecerá omissos sem

estabelecer diretrizes nacionais? A ausência de uma normativa centralizada permite que a autonomia universitária seja utilizada como pretexto para a inércia. Ao delegar o acesso à “critério” de cada gestão, o MEC se desobriga de garantir a igualdade, deixando as populações trans dependentes de decisões políticas locais e fragmentadas.

Atualmente, as resoluções vigentes variam entre reservas de vagas (UnB/UFBA), vagas supranumerárias (UFRRJ/UFSB) e políticas de permanência (UFSC/UFDPar). Esta fragmentação, que aprofunda desigualdades regionais, atesta que o número de IES com ações afirmativas saltou para 32 – um avanço frente às 14 mapeadas por York (2020, p. 90) –, mas revela que imensa maioria das mais de 300 unidades de ensino público no país mantém o silêncio institucional.

Nesse panorama, o caso da UFDPar é simbólico. Criada em 2018 como desmembramento da UFPI, a jovem instituição superou a morosidade de sua matriz ao aprovar a Resolução CONSUNI nº 94/2024. Ao instituir ações afirmativas para grupos historicamente excluídos, a federal piauiense demonstra que longevidade institucional não é sinônimo de equidade. Contudo, a política também apresenta limites: o art. 13 estabelece o percentual de 50% para as cotas de bolsas disponibilizadas em editais internos de graduação e pós-graduação financiados com recursos próprios da UFDPar, sem estender expressamente esse percentual às bolsas provenientes de agências de fomento. Essa delimitação expõe uma fissura entre acesso e permanência, pois ampliar o ingresso sem assegurar condições materiais de continuidade pode fragilizar a efetividade das próprias ações afirmativas.

Ainda que atravessado por esses limites, o avanço da UFDPar expõe o “acolhimento protocolar” de instituições que criam setores de diversidade, mas não enfrentam efetivamente os gargalos de acesso e permanência. Geograficamente, o direito à educação trans no Brasil ainda é atravessado por fronteiras: enquanto o Nordeste e o Sudeste lideram a pressão social e o pioneirismo político, as regiões Norte e Centro-Oeste ainda enfrentam significativos distanciamentos institucionais.

PROCESSUALIDADES METODOLÓGICAS: O CORPO COMO TERRITÓRIO DE PESQUISA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa fundamentada na Cartografia (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009), compreendida não como o mapeamento de um território estático, mas como o acompanhamento de fluxos, intensidades e produções de subjetividade – um pesquisar dançante, encarnado e performático. O gesto cartográfico permitiu rastrear as TRANStorções no cotidiano acadêmico; ao caminhar pelo território da UFPI, o meu corpo-pesquisador “TRANSforma-se” em um movimento de escavação foucaultiana. Esse enxergar – que recusa o observar distanciado e eurocêntrico – é um ato implicado e imerso, que ousa experienciar outros modos de produzir ciência, rompendo com os modelos clássicos, hegemônicos e coloniais.

Articulada à cartografia, a Sociopoética (Gauthier, 2024; Adad, 2011) confere à pesquisa um caráter sensível e político, reconhecendo o corpo como fonte de conhecimento e a criação como dispositivo analítico, transversal e transcultural. Nesta perspectiva, a escrita assume um viés autobiográfico, no qual minha trajetória faz-se presente: produzo esta investigação com o corpo inteiro. Por ser um jovem gay da zona rural de Piri-piri pesquisando estudantes LGBTQIA+, sigo o princípio sociopoético de produzir ciência com/entre o grupo, dando passagem às vozes, histórias e modos inventivos de resistência. Ao dialogar com a própria história, o “corpo pesquisado” transmuta-se em “corpo que produz”, rompendo com a neutralidade do academicismo tradicional.

Para escavar a dimensão contemporânea da violência e da resistência, utilizei a Netnografia (Kozinets, 2014). Esse dispositivo permitiu analisar as interações em redes sociais e plataformas digitais institucionais, como no caso da professora Letícia Carolina na UFPI. A coleta de informações no ambiente virtual confirmou como o ódio e a visibilidade trans se materializam em métricas de engajamento e “ataques massivos”. Expôs, ainda, sujeitos transfóbicos que se camuflam como *haters* para disseminar hostilidades que deixam cicatrizes, provocam adoecimentos e podem levar à morte, funcionando como um termômetro das tensões políticas no espaço público digital. Os achados foram registrados em meu diário de campo, onde as afetações e as

descobertas colhidos nos territórios físico e digital convergiram para a construção de uma transeducação. Os nomes e perfis presentes nas imagens foram preservados para proteção dos envolvidos.

TRANSTORÇÕES JUVENIS LGBTQIA+: AFIRMAR-SE NA UNIVERSIDADE

A transfobia, o machismo e o capacitismo não são atos isolados, mas expressões de uma estrutura política atravessada pela colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2005; Mignolo, 2003), que persiste na universidade ao hierarquizar corpos, existências e conhecimentos. Nessa lógica, enquanto algumas corporalidades são legitimadas a ocupar e produzir ciência, outras têm seus saberes constantemente questionados. Esse cenário de silenciamento exige uma resposta política imediata: como sustentar a vida e a produção de saberes LGBTQIA+ em uma estrutura que ainda nos nega o direito de existir sem medo de morrer? Quantos banhos de sangue ainda serão necessários para que nossas existências sejam reconhecidas como vidas que importam?

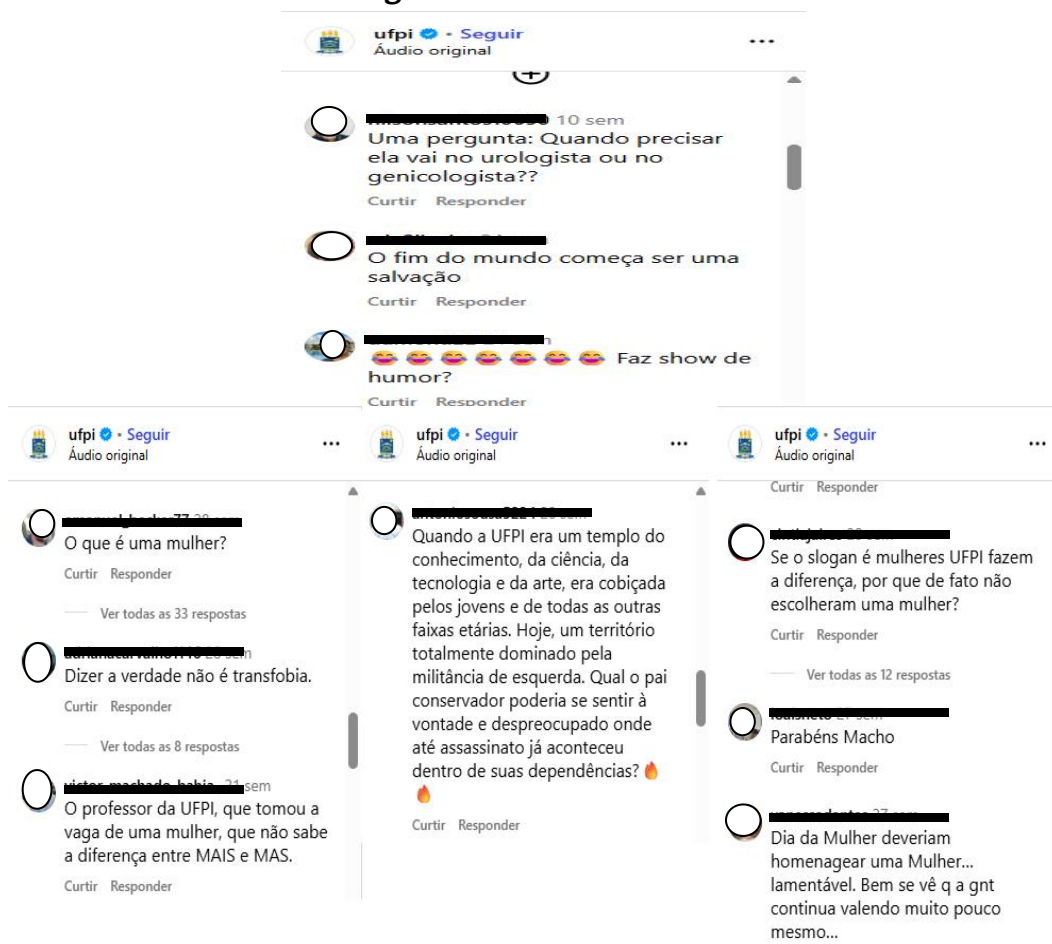
A universidade participa dessa disputa ao definir quem pode circular sem suspeição, quais vozes alcançam legitimidade e quais conhecimentos adquirem estatuto de ciência. Não basta exibir a diversidade em campanhas, eventos ou discursos institucionais enquanto, no cotidiano, pessoas dissidentes permanecem submetidas à vigilância, ao constrangimento e à violência. É nessa contradição entre visibilidade e reconhecimento que a colonialidade se atualiza: admite que dissidências sejam vistas, mas reage cruelmente quando elas reivindicam o direito de existir em seus próprios termos, produzir saberes e abandonar o lugar histórico de objeto da ciência.

Essa política de morte também produz suas grafias. Adad e Linhares (2024) denominam “necrografia” a escrita da morte e do corpo morto em territórios atravessados pela guerra. Nas existências LGBTQIA+, essa escrita ganha carne nas violências que ferem, silenciam e produzem corpos matáveis.

Na UFPI, essa contradição ganha corpo nas mídias do ódio. A professora Letícia Carolina, homenageada em vídeo institucional pelo Dia das Mulheres, atingiu 200 mil

visualizações, sete vezes a média da página. Contudo, o que deveria constituir um gesto institucional de valorização converteu-se também em território de ataques transfóbicos, como mostra a (Figura 2).

Figura 2 – Mosaico do Ódio



Fonte: Perfil da UFPI no Instagram.

A internet ainda é tratada por muitos – inclusive por quem injuria – como um espaço “fantasma” onde a norma não alcança e o ódio é praticado impunemente sob o verniz da “opinião”. Contudo, nenhum insulto é “só”: por trás das telas, há corpos que sangram. O mapeamento nas redes sociais mostra como o Dia Internacional da Mulher, em 2023, tornou-se palco de um linchamento simbólico contra a professora Letícia Carolina. Questionamentos como “urologista ou ginecologista?” e “tomou a vaga de uma mulher?” não foram frases avulsas, mas lâminas afiadas contra sua dignidade. Esse cenário é de tortura e revela frestas perigosas no ambiente digital e

acadêmico. Segundo o Observatório Nacional de Direitos Humanos (OBSERVADH, 2024), as denúncias de crimes de ódio na internet saltaram de 961 em 2017 para 28,6 mil em 2022 – um aumento de quase trinta vezes que posiciona a misoginia como a categoria de maior crescimento. Essa violência discursiva é um *continuum* das exclusões históricas que grita dentro da própria universidade:

A carta aberta publicada em 19 de maio de 2025 por um discente de mestrado do PPGED/UFPI expõe as agressões misóginas contra Ana Jéssica e Maíra, estudantes do programa, e a docente da disciplina, evidenciando que ambientes autodeclarados progressistas silenciam a diferença. A análise de fragmentos específicos do documento revela como o sujeito minimiza sua conduta com justificativas técnicas e laborais: alega um “timbre alto” em “espaço fechado” para converter violência de gênero em mero ruído acústico virtual, culpando o cansaço e uma suposta “imaturidade acadêmica”.

Essa postura camufla a deslegitimação de metodologias desobedientes que acolhem a subjetividade, tais como a História Oral, o Depoimento Pessoal, a Sociopoética e a Cartografia. Ao afirmar que “a Sociopoética é interessante até o momento em que não se perde a sanidade”, o agressor atualiza o dispositivo patriarcal de associar epistemologias dissidentes e afetivas à loucura ou à falta de rigor.

Essa violência ganha contornos institucionais quando o autor denomina as pesquisas como “porcarias” e as compara a “pichações” no Centro de Ciências da Educação (CCE). Esse enquadramento inferioriza o que foge à norma eurocêntrica e heteronormativa, alinhando-se à naturalização histórica operada por grupos dominadores. Ademais, emerge a retórica da “carteirada” como escudo político: evoca-se a trajetória em comitês de direitos humanos para forjar um falso status blindado de não opressor, sob a falácia de que a militância imuniza contra o machismo.

O teor do documento comprova que o episódio não tencionou um debate metodológico, mas sim um ataque direcionado que afetou profundamente o OBIJUVE. Em resposta, organizamos uma exposição cartográfica como ato de resistência epistemológica e política (Figura 3), transmutando o agravo em contra-ataque teórico e ocupação sensível da universidade.

Figura 3 – Exposição sobre pesquisa cartográfica



Fonte: Acervo do pesquisador (2025).

Essa exposição reafirmou que fazemos, sim, outra ciência – uma ciência comprometida com saberes outros, gestada nas bordas e produzida por sujeitos historicamente marginalizados. Uma ciência que se volta às corporalidades, às experiências vividas, aos afetos e à arte como formas legítimas de produção de sentido no mundo. Reivindicamos o direito de pesquisar e de ocupar a universidade com epistemologias que não cabem nos moldes coloniais e normativos da tradição acadêmica dominante. Como destaca Santos-Junior (2020, p. 78): “[...] a luta contra a colonialidade do saber implica deslegitimar a imposição de epistemes normativas e construir espaço para os saberes insurgentes e marginais [...]”.

Ao cartografar essas violências, realizo também um gesto de denúncia e de afirmação da minha pesquisa – que é feita com o corpo inteiro, atravessada por afetos e resistências, registrada em meu diário de campo como gesto metodológico e político. O ataque à intervenção artística do coletivo OBIJUVE exemplifica esse embate. Ao

afirmar que “isso não é arte”, reafirma-se uma lógica excludente que reconhece apenas a estética branca, masculina e eurocentrada como legítima.

Como reforça Hooks (2013, p. 218), “[...] a sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um local de possibilidade [...] um campo onde temos a oportunidade de trabalhar por liberdade, mesmo quando dói”. A Queerdrilha – ação político-pedagógica e performativa organizada pelo OBIJUVE e pelo Centro Acadêmico de Pedagogia em resposta a essas violências – encarna essa pedagogia da transgressão. Nela, manifestam-se práticas de cuidado monstruosas que enfrentam o ódio por meio da alegria como enfrentamento, do corpo como resistência e da festa como denúncia.

Nessa perspectiva, as juventudes contemporâneas são atravessadas por marcadores sociais da diferença que configuram vivências divergentes. Abramo (1997) reforça a premência de estudos voltados ao modo como os próprios jovens elaboram suas situações e sociabilidades, superando a tendência acadêmica de focar estritamente em sistemas de controle. Complementarmente, Albuquerque (2011) destaca a capacidade dessas gerações de articular repertórios de luta que reconfiguram os espaços de diálogo. Trabalhar com as juventudes LGBTQIA+ constitui, portanto, um ato político de desobediência epistêmica.

Em 2023, durante a nona edição do Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira (IX JUBRA), foi inaugurado o Memorial Janaina Bezerra em homenagem à estudante brutalmente assassinada na UFPI. A trajetória de Janaína, enquanto mulher negra e cisgênera, inscreve-se na mesma lógica estrutural da necropolítica de gênero que vitima corpos trans, travestis e periféricos de maneiras sistematicamente cruéis. A atrocidade deste crime denuncia uma sociedade que naturaliza o feminicídio e silencia ante a vulnerabilidade de corpos femininos relegados às margens da proteção institucional. A (Figura 5) materializa essa resistência coletiva contra o apagamento da memória.

Figura 5 – Registro do Memorial Janaína Bezerra



Fonte: Acervo do pesquisador (2023).

O memorial, idealizado coletivamente, é um esperançar freiriano: constitui um gesto político, epistêmico e afetivo que afirma a memória como território de disputa. Gritar Janaína é enfrentar o esquecimento e inscrever sua história no corpo da universidade como um “ato de memória viva” (Rolnik, 2018), insubmisso ao apagamento que ecoa entre juventudes femininas e dissidentes vulnerabilizadas pela misoginia, pobreza e racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DA ESCUTA ATIVA À TRANSEDUCAÇÃO

Ao concluir esta cartografia sociopoética, reafirmo que os propósitos delineados foram integralmente atingidos. A escavação documental e biográfica permitiu esmiuçar as camadas de exclusão que buscam tragar, sufocar e expelir corpos dissidentes, problematizando como a universidade, ao manter o silêncio institucional, opera como braço da necropolítica. Contudo, para além da denúncia, esta investigação logrou êxito, paradoxalmente, ao visibilizar as potências de insurgência de jovens estudantes LGBTQIA+ na UFPI.

A proposta de uma Transeducação emergiu como evidência empírica colhida nos diários de campo e na netnografia: as trajetórias de Letícia Carolina e Theodoro

confirmaram que a presença trans produz fissuras pedagógicas e epistemológicas irreversíveis – a transição de “corpos pesquisados” (objetos) para “corpos que produzem” outra ciência. Assim, o ensejo de validar as TRANStorções juvenis consolida-se ao demonstrar que o ato de afirmar-se na academia constitui uma reexistência capaz de desestabilizar o academicismo colonial e reivindicar a universidade como território de vida.

O acesso ao ensino superior dessas corporalidades dissidentes não pode ficar a critério das universidades; deve ser uma política de Estado. É preciso reparar a exclusão histórica da comunidade LGBTQIA+, especialmente de pessoas trans e travestis. Educação para todes!

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 05-06, p. 25-36, dez. 1997. Disponível em: educa.fcc.org.br. Acesso em: 25 nov. 2024.

ADAD, Shara Jane Holanda Costa. **Corpos de Rua**: cartografia dos saberes juvenis e o sociopoetizar dos desejos dos educadores. Teresina: EDUFPI, 2011.

ADAD, Shara Jane Holanda Costa; LINHARES, Francisca Maria Vêras. Jovens da medida socioeducativa em Parnaíba/PI: entre grafias de vida e corpos na guerra. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 28, n. 57, p. 1-23, 2024. DOI: 10.26694/rles.v28i57.4564.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

ALBUQUERQUE, Heloísa. Juventudes, resistências e lutas contemporâneas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, p. 165-180, 2011.

ARAÚJO, Valdênia Pinto de Sampaio. **Um corpo potente fazendo das dores possibilidades de asas**: TRANSformando os modos de educar e de resistência na universidade. 2018. 127 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê de Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2022**. Brasília: ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org>. Acesso em: 26 set. 2025.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos**

Feministas, v. 16, n. 1, p. 207–228, 2008. Disponível em: periodicos.ufsc.br. Acesso em: 11 out. 2025.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília, DF: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2024. 122 p. 05.

CAFÉ, Anderson Luis da Paixão; RIBEIRO, Núbia Moura; PONCZEK, Roberto Leon. A fabricação dos corpos dóceis na pós graduação brasileira: em cena o produtivismo acadêmico. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis/SC, v. 22, n. 49, p. 75–88, 2017. Disponível em: periodicos.ufsc.br. Acesso em: 13 jul. 2024.

CARRANO, Paulo. Jovens, escolas e cidades: desafios à autonomia e à convivência. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 26, 2011. Disponível em: **Revista Teias**. Acesso em: 25 ago. 2026.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser: o papel da ideologia racial na produção da inferioridade negra**. 2005. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: repositorio.usp.br. Acesso em: 3 nov. 2024.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo; IULIANELLI, Jorge (org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Denise Guichard; SABOIA, João. Determinantes para a condição nem-nem dos jovens brasileiros: uma análise desagregada de inativos e desocupados. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 3, p. 811–844, 2021. Disponível em: SciELO. Acesso em: 25 ago. 2026.

GAUTHIER, Jacques. **Sociopoética e Contracolonialidade: relatos de pesquisas e diálogos teóricos com Ailton Krenak, Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo) e alguns filósofos de tradição ocidental**. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 28 mai. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório anual de mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2025**. Salvador: GGB, 2026.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 10 ago. 2025.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

O SEGREDO do rio (El secreto del río). Criação: Alberto Barrera; Ernesto Contreras. México: Netflix, 2024. **Série televisiva**.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (OBSERVADH). **Incitação à violência contra a vida na internet lidera violações de direitos humanos com mais de 76 mil casos em cinco anos**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024. Disponível em: www.gov.br. Acesso em: 26 set. 2025.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba: Prismas, 2017. 194 p.125.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PEREIRA, Verônica Maria e Silva. **Que pode o corpo negro e periférico?: (r)existências de jovens mulheres na Universidade Federal do Piauí (UFPI)**. 2021. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RODRIGUES, Wesley da Silva. **Sociopoética de jovens gays nas performatividades do Corpo Giz da escola pública do Piauí/Brasil**. 2023. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SANTOS-JUNIOR, R. N. **Interseccionalidade e descolonialidade do saber**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020.

YORK, Sara Wagner. **Tia, você é homem?** Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação. 2020. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

HISTÓRICO

Submetido: 10 de Mar. de 2026.

Aprovado: 20 de Ago. de 2026.

Publicado: 27 de Ago. de 2026.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

RODRIGUES, W. S.; ADAD, S. J. H. C. TRANSTorções e monstrosidades LGBTQIA+ na UFPI: de corpos pesquisados a produtores de outra ciência. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v. 30, n. 63, 2026.